

# Alagoas tem a maior desigualdade de renda do País, apontam dados da FGV

[radiogazetaweb.com/noticias/84667/Alagoas-tem-a-maior-desigualdade-de-renda-do-Pais,-apontam-dados-da-FGV](http://radiogazetaweb.com/noticias/84667/Alagoas-tem-a-maior-desigualdade-de-renda-do-Pais,-apontam-dados-da-FGV)

**Estado ainda concentra muita renda entre os 20% mais ricos - o que revela um desequilíbrio entre os 20% mais pobres**

Alagoas tem a maior desigualdade de renda do País

FOTO: Arquivo

Levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua revela que Alagoas tem a maior desigualdade de renda do País entre os trabalhadores de 15 a 59 anos de idade. De acordo com a pesquisa - coordenada pelo professor Marcelo Neri -, o Índice de Gini de rendimento domiciliar per capita do trabalhador alagoano nessa faixa etária foi de 0,711 no segundo trimestre deste ano - o mais alto do País entre as 27 unidades da federação.



Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o índice é um instrumento que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo. O coordenador da pesquisa esclarece que o índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, sendo o valor zero a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

Em linhas gerais, segundo o coordenador da pesquisa, significa que Alagoas ainda concentra muita renda entre os 20% mais ricos - o que revela um desequilíbrio entre os 20% mais pobres. De acordo com o levantamento da FGV, o Nordeste segue com os piores números de distribuição de renda entre ricos e pobres. Os sete piores índices de Gini do país estão na região, além de Alagoas, o Piauí (0,692), Paraíba (0,692), Ceará (0,686), Bahia (0,683), Maranhão (0,682), Pernambuco (0,679), Sergipe (0,674) e Rio Grande do Norte (0,670).

Em nível nacional, o índice de Gini do rendimento domiciliar per capita do trabalho foi de 0,629 no segundo trimestre deste ano, resultado ligeiramente pior do que o registrado no segundo trimestre do ano passado (0,628). Segundo a FGV, a desigualdade de renda segue crescendo entre os trabalhadores ocupados porque a melhora salarial está concentrada em quem tem maior rendimento. "O desemprego até melhora, mas os ganhos ainda não são proporcionalmente maiores entre os mais pobres", ressaltou Marcelo Neri.

Uma abertura mais detalhada do levantamento mostra que a desigualdade da renda do trabalho piorou em 16 unidades da federação no segundo trimestre deste ano, considerado a comparação interanual. Seis unidades da federação estão com nível recorde de desigualdade: Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Em matéria publicada no fim do ano passado, a Gazeta de Alagoas mostrou que Alagoas continua como um estado pobre e desigual por razões históricas que ainda não puderam ser superadas. Para o

economista Cícero Péricles, faltam polos dinâmicos capazes de gerar uma produção competitiva que reduza as importações e promova o crescimento econômico. Falta também, segundo ele, um mercado interno amplo, que aumente e distribua renda, incorpore a maioria da população ao processo produtivo e de consumo. "Nos falta um setor público, tanto o estado como prefeituras, com capacidade autônoma de investimento. E o resultado dessa carência é que nosso mercado interno é estreito, nossa renda é menor que a da média nordestina e muito concentrada. Neste caso, o enfrentamento da pobreza depende muito da intervenção estatal, seja federal ou local".

De acordo com a pesquisa da FGV, o desemprego foi o principal responsável pela queda do poder de compra das famílias alagoanas. "Desemprego é sinal de desajuste do mercado de trabalho e de frustração", aponta Neri. "A maioria dos ocupados passa a temer cair no desemprego, e por precaução reprime a sua demanda por bens e serviços. A crise fiscal crônica confere credibilidade à ideia de que o Estado não vai poder socorrer aos cidadãos em apuros, reforçando outros comportamentos precaucionais na demanda", explica.

Como a Gazeta mostrou recentemente, Alagoas fechou 119.618 postos de trabalho com carteira assinada entre o primeiro trimestre de 2015 - quando o número de trabalhadores ocupados era de 1,112 milhão - e o primeiro trimestre deste ano, quando a ocupação atingiu 993,2 mil vagas formais. Os números, que representam uma retração de 10,7% no período, fazem parte de um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) feito a pedido da Gazeta de Alagoas.



Estado de Alagoas concentra desequilíbrio entre os 20% mais pobres

FOTO: ARQUIVO GAZETA DE ALAGOAS

Baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o levantamento do Ipea revela também que a fila do desemprego engrossou com a saída de mais 50.486 trabalhadores do mercado de trabalho

entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre deste ano - os quatro anos do governo de Renan Filho (MDB). Atualmente, 188.970 trabalhadores alagoanos estão sem emprego no Estado. Em quatro anos, de acordo com o levantamento do Ipea, Alagoas viu a taxa de desemprego aumentar de 11,07% para 15,98% - um avanço de 4,91 pontos percentuais.

Em apenas um ano - do primeiro trimestre do ano passado para o primeiro trimestre deste ano - Alagoas viu o número de trabalhadores sem carteira assinada subir de 126 mil para 151 mil apenas no setor privado - sem levar em conta, por exemplo, o emprego doméstico. Em termos absolutos, significa 25 mil trabalhadores a mais sem carteira - um avanço de 19,8% em relação ao ano passado.

"O efeito 'desemprego' foi um grande propulsor da queda de renda e do aumento da desigualdade, entretanto o impacto do valor da educação foi ainda maior e a jornada de trabalho foi o terceiro fator de impacto", aponta o pesquisador Marcelo Neri. "A participação no mercado de trabalho atuou no sentido de expandir a renda mas mais no crescimento da renda média do que na desigualdade", completa.

Para Marcelo Neri, o maior perdedor da crise foi o jovem, com idade entre 20 e 24 anos, que teve uma queda de renda do trabalho de 17% (a queda média para toda a população foi de 3%). Outros grupos sociais tradicionalmente excluídos também foram bastante afetados pela crise: a população negra teve uma queda de renda de 8%; analfabetos, 15%; moradores do Norte e Nordeste do Brasil, 13% e 7%, respectivamente. Somente as mulheres tiveram um aumento de renda de 2%. Os últimos anos foram de melhora para quem estudou mais, e como as mulheres são mais escolarizadas, elas conseguiram ganhos.

Ele explica que o aumento do valor da educação foi junto com a do desemprego os grandes propulsores da desigualdade em geral. "No período crítico, seis milhões de brasileiros passaram a morar em domicílios com renda nula. O último período da série traz alguma perspectiva de melhora: menor aumento de desigualdade do período de escalada, sinal que pode-se ter atingindo o topo. Já há troca vantajosa de mais ocupação por menores rendimentos dos ocupados, a renda média geral está crescendo a 1,75% ao ano, taxa superior às projeções do PIB per capita que será divulgado em breve".

Segundo o economista, programas focados na base não só combatem a pobreza, mas também fazem a roda da economia girar. Neri acrescentou que a desigualdade joga areia nas engrenagens da economia e que, para entender a crise, não basta somente olhar para a média; o aumento da desigualdade também é um componente chave na perpetuação da crise.

"Não estamos voltando ao mesmo nível de pobreza que tínhamos antes de ela cair, felizmente. Mas a projeção é que, se não reduzirmos a desigualdade, principalmente, em relação a base da distribuição, mesmo crescendo 2,5% de forma balanceada ao ano até 2030, nós vamos apenas voltar aonde estávamos em 2014", finaliza.





FGV aponta maior desigualdade de renda do País em Alagoas

FOTO: Divulgação